

**ESCRITA COMO REEXISTÊNCIA:
RESGATES MEMORIALÍSTICOS EM *SILÊNCIO NA CIDADE*, DE ROBERTO
SEABRA**

**WRITING AS RE-EXISTENCE:
MEMORIAL RESCUES IN THE NOVEL *SILÊNCIO NA CIDADE*, BY ROBERTO
SEABRA**

DOI 10.20873/uft2179-3948.2021v12n2p178-196

Sheila Katiane Staudt¹

Resumo: O romance *Silêncio na cidade*, de Roberto Seabra, publicado em 2017, retrata um crime bárbaro ocorrido na capital federal nos anos 1970. A certeza da impunidade – tema marcante na narrativa – move os donos do poder, calando indistintamente Justiça, imprensa e polícia – instrumentos de serviço e/ou proteção coletivos que, submissos ou subjugados, não têm outra saída senão sucumbir aos desejos torpes de uma elite legatária da barbárie e do caos. Entender como a memória auxilia na reexistência da personagem-protagonista é o que intentamos nesse ensaio, além de validar o manuscrito literário como signo que resiste às agruras de tempos obscuros.

Palavras-chave: Escrita; memória, silêncio; romance brasileiro contemporâneo; ditadura militar.

Abstract: The novel *Silêncio na Cidade*, by Roberto Seabra, published in 2017, portrays a barbaric crime that occurred in Brasilia in the 1970s. The certainty of impunity – a striking theme in the narrative – moves those in power, silencing Justice, press and police – instruments of collective service and/or protection that, submissive or subjugated, have no choice but to succumb to the base desires of a legatee elite of barbarism and chaos. The main goal of this work is to understand how memory helps in the re-existence of the protagonist-character, as well as realizing the final literary manuscript as a symbol which resists the hardships of dark times.

Keywords: Writing; memory, silence; contemporary Brazilian novel; military dictatorship.

Considerações iniciais

O romance *Silêncio na cidade*, de Roberto Seabra, publicado em 2017, lança um olhar crítico sobre os meandros da justiça, em plena década de 1970, auge da repressão militar no país, desvelando, ao longo da trama, a odisseia hercúlea de punir culpados mesmo sendo estes

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS *Campus* Canoas e pós-doutora pela Université Sorbonne Nouvelle Paris 3. E-mail: sheila.staudt@canoas.ifrs.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6138-0922>

os donos do poder. A história possui como ponto de partida um acontecimento verídico que eclodiu em 1973, no coração do Brasil – Brasília: o assassinato de uma menina² de sete anos. O sentimento de justiça é a força motriz que dá energia ao protagonista e um dos narradores da trama Amantino Torres. É movido pelos ideais de justiça que a narrativa passa a existir e reexistir, além de rememorar identidades apagadas durante a ditadura militar.

A escrita do romance, em tom policial, desvela uma época em que a presença de censores nas delegacias e na imprensa, bem como de um silêncio e omissão populares eram o lugar comum em tempos de ditadura. Além de ser capaz de prender o leitor a cada novo capítulo, ao narrar uma tragédia com requintes de crueldade que ecoa em fatos reais de uma cidade marcada pelo assassinato de uma criança inocente, a narrativa traz, aos leitores hodiernos, um apanhado de detalhes sobre as minúcias e artimanhas de um regime militar ancorado na “certeza da impunidade” (SEABRA, 2017, p. 167).

O personagem-protagonista Tino Torres, investigador de polícia aposentado, une fatos e documentos investigativos, relato memorialístico e diário íntimo em um manuscrito que tem a pretensão de não apagar da “memória da cidade” (SEABRA, 2017, p. 78) um caso em especial que, segundo ele, fez com que Brasília “perdesse sua inocência” (SEABRA, 2017, p. 37). Suas lembranças são ativadas na sala de espera de uma consulta médica, após ler no jornal uma manchete relembando o triste episódio. A capital federal nunca mais fora a mesma após o crime bárbaro e sem prisão dos culpados, como reiteram as palavras insistentes do narrador-personagem.

Entender como o ato de escrever, propriamente dito, move a personagem em sua tentativa de resistência é o que buscamos neste ensaio, bem como compreender de que forma ocorre a transformação paulatina das personagens em sombras de si mesmas, incapazes de preencher as lacunas de vidas e carreiras silenciadas ao longo do tempo. Para tanto, o crime representado na trama move a nossa leitura no que tange às práticas de exceção em um período delicado e nebuloso da História nacional, bem como a metamorfose da própria cidade, recentemente proclamada capital do país, palco e personagem coadjuvante dos acontecimentos narrados.

Escrever para (re)existir: a escrita como veículo de resistência

“Papel, amigo papel, não recolhas

² A menina assassinada em 1973 chamava-se Ana Lídia Braga, contudo, no romance, seu nome é Ana Clara.

tudo o que escrever esta pena vadia.”
Machado de Assis, *Memorial de Aires*

Amantino Torres, policial civil aposentado, separado, pai de uma filha que “só aparecia duas ou três vezes por ano em Brasília para vê-lo” (SEABRA, 2017, p. 16) está em tratamento contra um câncer de esôfago quando decide começar a escrever um livro de memórias sobre o caso que revive anualmente a cada novo 11 de setembro, desde 1973. A decisão vem após uma conversa com o médico no exato dia em que o caso completara 40 anos. Nas próprias palavras confessadas diretamente ao especialista, ele desabafa: “Acho que essas lembranças sobre o caso Ana Clara são parte da minha doença. Se eu tivesse escrito esse livro há mais tempo, talvez nem tivesse adoecido” (SEABRA, 2017, p. 18). Apesar de seu médico não concordar plenamente com essa assertiva, haja vista os hábitos desregrados da personagem no que tange ao consumo de álcool e de cigarro, Tino Torres decide se enveredar pelo universo da escrita, uma vez que se sente “impregnado dessa história. É tanta coisa que não [sabe] por onde começar” (SEABRA, 2017, p. 19). Reviver o passado através da escrita traz a personagem de volta à vida, sua reexistência surge como forma de resistência em todos os sentidos.

O jornal estampava a seguinte manchete: “Caso Ana Clara: 40 anos de mistério” (SEABRA, 2017, p. 15). Tino, após conferir uma vez mais a data no cabeçalho – 11 de setembro de 2013 –, pensou: “Não há mistérios, apenas mentiras [...]. Por isso, preciso escrever. Vou dizer tudo que lembro e penso. Se não fizer isso, enlouqueço” (SEABRA, 2017, p. 17). A iniciativa de retirar do império do oculto aquele assassinato e elucidar questões encobertas pelas artimanhas do regime militar move a personagem que retoma suas anotações anuais acerca do caso: “a cada aniversário, lembrava-se da data e escrevia alguma coisa em seu diário sobre a triste efeméride. Nesse ano, talvez por causa da doença, esqueceu” (SEABRA, 2017, p. 15). A brutalidade do caso e seu desfecho silenciado faz com que Tino reviva, ano após ano, aquele acontecimento apagado tanto das páginas da História da cidade quanto das histórias individuais.

A própria epígrafe do romance já sinaliza para um retorno ao passado com vistas a compreender qual o caminho certo a ser seguido no presente: “Se você não sabe para onde vai, regresse ao passado para saber de onde vem”³ (NEPOMUCENO apud SEABRA, 2017, p. 11). Apelar à memória a fim de tecer com esmero uma homenagem póstuma à menina, que não obteve justiça pelo horrendo assassinato 40 anos antes, é o que move a personagem ao tomar a palavra, desde o segundo capítulo, para então revelar os percalços de toda uma vida marcada

³ In: “A memória de todos nós”, de Eric Nepomuceno (SEABRA, 2017, p. 11).

pela impossibilidade de solucionar o assassinato de uma criança de sete anos. Para a pesquisadora Jeanne Marie Gagnebin (2010, p. 185, grifos nossos), “esse passado que insiste em perdurar de maneira não reconciliada no presente, que se mantém como dor e tormento, *esse passado não passa*”. Dessa forma, revisitar o passado traumático parece ser a solução encontrada pela personagem para encarar os fantasmas que o assombravam no presente.

Muitas vezes, as feridas do trauma só cicatrizam à medida que são exteriorizadas seja verbalmente, seja por meio da escrita. Talvez isso tenha acontecido com Tino Torres ao sentir-se capaz de deitar ao papel toda a dor e busca por respostas vivida no início de sua carreira profissional após passadas quatro décadas de distanciamento daquela tragédia nebulosa que assolou a capital federal. Sentir-se culpado por não ter conseguido prender os responsáveis pela morte de Ana Clara, não obstante todas as provas e indícios que havia juntado com sua equipe, é apenas um dos sentimentos que o devora, ao lado da impotência, do medo, da angústia e da raiva.

Ao externar todos os detalhes daquela investigação sendo ele “uma testemunha viva do caso” (SEABRA, 2017, p. 19) e primando por contar à sua maneira tal qual um diário íntimo tardio, Tino não teme nada e reitera: “Serei eu comigo mesmo. Nada mais. [...] Se alguém quiser contar de outra forma, que o faça. Eu farei do meu jeito. A memória de Ana Clara merece esse meu depoimento. É o mínimo que eu posso fazer” (SEABRA, 2017, p. 19). Livre das amarras profissionais e de um regime opressor, a personagem relata, com uma riqueza de detalhes, à moda do narrador roseano Riobaldo, todos os passos de uma investigação minuciosa e o seu esforço pessoal para prender os criminosos e estupradores da menina, os quais se livraram da pena graças a um sistema corrupto no qual a justiça não era igual para todos.

A necessidade de registrar a experiência, seja por meio de diário, seja por meio de um testemunho escrito, está em consonância com a afirmação de que “os signos escritos, essas cópias de cópias como diz Platão, são, [...], o rastro de uma ausência dupla: da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do ‘objeto real’ que ele significa” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). O ato de escrever, propriamente dito, dialoga com a necessidade de preencher lacunas, encontrar respostas, completar o vazio. A falta de Ana Clara ecoa e retumba através da força da palavra escrita: símbolo máximo da “luta contra o esquecimento” (GAGNEBIN, 2006, p. 45).

A facilidade nata de Tino Torres para com o ato de escrever está posta nas palavras maternas ao rememorar os elogios recebidos da mãe ao esmero com a sua caligrafia ainda menino:

Geramundo vivia dizendo que um dia escreveria um livro reportagem sobre o assassinato de Ana Clara. Eu incentivava, prometia até ajudar. Mas nada. Então resolvi eu mesmo contar a história. Mas não sou jornalista, muito menos escritor. Escrevo bem mal. Minha mãe dizia que não, que eu sempre tive a letra boa. Tentava explicar para ela que escrever bem não é exatamente ter a letra boa, especialmente depois que inventaram a máquina de escrever e em seguida o computador portátil. E ela, na sabedoria rural que lhe era peculiar, respondia: “Amantino, você continua o mesmo. Você tem a letra boa de ler”.

Pode ser. Como minha letra é boa e eu gosto de escrever, talvez o que eu escreva seja mesmo bom de ler. Mas isso não quer dizer que eu escreva bem. Um paradoxo. (SEABRA, 2017, p. 187)

A dúvida quanto a ser ou não um bom escritor permeia o pensamento da personagem que intenta perpetuar um episódio obscuro o qual necessita de palavras claras e verdadeiras para sair da escuridão e deixar para trás o véu do silêncio. Ter a coragem para efetuar o registro minucioso de um evento que tem sido, constantemente, varrido das páginas históricas aponta para a resistência contida em cada frase, em cada diálogo, em cada linha e entrelinhas de um documento difusor e propagador de fatos que não merecem e não podem ser esquecidos. Escrever, relembrar, resistir para, enfim, reexistir são atos heroicos desbravados a cada novo capítulo por nosso personagem-protagonista em sua saga pelo universo da escrita.

Utilizando as astúcias dos narradores machadianos, o narrador de *Silêncio na cidade* também conversa com o leitor, mostrando a sua preocupação com o processo de escrita do seu texto em forma de testemunho, proposta inicial de seu relato:

Talvez o leitor esteja querendo abandonar este manuscrito por não ver nele algo além de um mero diário de um policial aposentado. E, na verdade, é isso mesmo o que estou escrevendo.

[...] eu me dispus, desde o começo, a contar a história como a vi. [...]

Ao tirar dos meus próprios ombros o peso de “ter que ser um escritor”, eu me libertei da sombra daqueles gigantes e agora poderei escrever a história que quero contar, da forma como eu vi, sem preocupações em ser ou parecer verossímil. O que, convenhamos, não é pouco. (SEABRA, 2017, p. 77)

Estar preocupado com o gosto do público acerca da leitura do gênero diário, propriamente dito, desvela as camadas que compõem esse tipo de escrita. O diário revela o “paroxismo do solitário confronto com a imagem de si mesmo, do anonimato obtido através do rosto e voz da solidão” (COSTA, 2014, p. 360), um tipo de escrita privada do “eu” para si mesmo, o qual, uma vez iniciado, está pronto a comunicar a um outro, pois, para Clara Rocha (1992, p. 29), “a prática diarística é assim o lugar dum duplo movimento, de interiorização e exteriorização”. É sozinho e solitário que Tino Torres inicia a escrita de suas memórias, as quais uma vez iniciadas já podem comunicar a outrem. Escavar detalhes e minúcias do passado através de uma viagem por lembranças guardadas em forma de dor e sofrimento é o método utilizado pelo escritor para esclarecer, em certa medida, as sombras de sua própria história.

Contudo, Tino vai ao encontro da sua intenção inicial de dedicar à Ana Clara uma deferência póstuma pois, em suas palavras, “esse meu escrito nada mais é do que uma homenagem que presto à posteridade daquela menina” (SEABRA, 2017, p. 77). De acordo com as palavras de Gagnebin (2006, p. 112),

quando alguém escreve um livro, ainda nutre a esperança de que deixa assim uma marca imortal, que inscreve um rastro duradouro no turbilhão das gerações sucessivas, como se seu texto fosse um derradeiro abrigo contra o esquecimento e o silêncio, contra a indiferença e a morte.

Abrijar do esquecimento e do completo apagamento da memória dos habitantes o caso mais hediondo que Brasília já presenciou é um dos objetivos desse narrador ao discorrer, sem floreios ou amarras de qualquer ordem, sobre fatos e pormenores vistos durante a investigação policial por ele encabeçada. Triunfar sobre a morte da menina, sobre a morte de um regime e, até mesmo, sobre a morte que agora teima em assombrá-lo também são atitudes do escritor e de sua obra literária enquanto símbolo de resistência poética.

Estar aposentado e doente são condições ainda mais propícias para o narrador “deitar ao papel” todas as suas lembranças acerca do caso Ana Clara:

[...] preciso voltar ao ano de 1973. Preciso terminar essa história, pois meu tempo também está acabando. Vou completar 65 anos, estou doente, com um câncer no esôfago, e não sei quanto tempo vou durar. O médico disse que dei sorte de descobrir no começo. Mas andei lendo sobre o assunto na internet e vi que câncer no esôfago é fogo. Pode ser que eu dure mais alguns anos, pode ser que não. Por via das dúvidas, vou deixar este relato pronto até o próximo mês. Além do meu dever com a verdade, escrever este relato também me ajuda a passar o tempo e conviver com a solidão. (SEABRA, 2017, p. 277-278)

Primar pela rapidez e pela verdade dialoga com a situação de saúde em que se encontra Tino Torres: solitário e com um câncer. Além disso, a liberdade para narrar as suas memórias advém da proximidade com a morte. Conforme os estudos de Walter Benjamin (1986, p. 207-208),

é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessas substâncias que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. [...] A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade.

Após informar-se mais sobre a doença que vem tratando há meses, Tino percebe a gravidade da mesma e aproxima-se da figura benjaminiana do lavrador sedentário, narrador sábio e experiente, dotado de autoridade para narrar, tendo a morte como sua aliada no processo de transmissão do saber. Dessa forma, nosso protagonista não tem qualquer certeza do futuro e tem pressa para finalizar seu relato, tarefa que o auxilia a lidar melhor com a vida solitária na qual se encontra.

Rerer a si mesmo durante o processo de escrita é marca de todo escritor de memórias que pretende não esquecer quaisquer detalhes do passado. Tino também lança mão dessa estratégia para não perder o fio da lembrança de momentos alegres em meio àquele evento desolador: “Releio o capítulo anterior e vejo que parei no momento em que eu deixava para trás Marli, a única coisa boa que me aconteceu durante aqueles meses. Eu a amei de verdade, gostei dela de verdade” (SEABRA, 2017, p. 186). Seu oásis particular, Marli, e a rememoração de instantes felizes vividos lado a lado suavizam a narrativa e trazem certa esperança na espécie humana. Entretanto, a felicidade do casal foi eterna enquanto durou, uma vez que Marli foi presa por contravenção pela prática do jogo de bicho, logo após ter sido testemunha chave no caso Ana Clara, auxiliando enormemente a equipe de Tino na resolução do enigma. A prisão imediata de sua namorada revela os meios escusos utilizados pelo regime para amedrontar e afastar aqueles que tentavam incriminar aliados e/ou familiares dos militares. Não obstante, esse relacionamento permanece vivo por meio da força da palavra escrita.

Pelos rastros de vidas que não foram é que se concretiza a escrita dessa narrativa que resiste contra o silêncio e o vazio. Ser um fantasma à procura de outro fantasma é a sina desse narrador aposentado que tateia na neblina vestígios e sinais para sempre apagados da História, mas latentes em sua memória. Ao mesmo tempo em que ele tenta compreender as manobras sinistras por trás de um crime hediondo, a personagem (re)descobre os meandros do poder e as astúcias humanas que ressignificam a máxima hobbesiana: “o homem é o lobo do homem”. Reexistir através do manuscrito-testemunho foi a forma de resistência desse policial que fez sua justiça póstuma à memória da menina Ana Clara, deixando como legado seu texto literário a fim de perpetuar o vivido ao desvelar sombras do passado.

Memória e escrita: reconciliação com os traumas do passado

*Brasília é uma cidade para quem
tem asas ou pode voar. [...] Tudo confunde, nada lembra lugar algum.*

Milton Hatoum, *A noite da espera*

Tal qual Teseu com o auxílio de sua Ariadne, Amantino Torres e a perita criminal Vera Hermano intentam encontrar a saída do labirinto e resolver o enigma que cerca o caso Ana

Clara⁴, morta aos sete anos após sair da escola com um “suposto conhecido”. O caso revoltante da menina morta nos arredores da capital federal, ainda uma jovem cidade, nunca fora esclarecido por completo. Na etapa da vida em que se encontra, Tino Torres já não tem nada a perder, ele tenta escavar a memória e retirar de lá tudo aquilo que conhecia sobre o triste episódio que deixara marcas indeléveis na sua vida, na dos habitantes e na História da cidade. Sobre essa questão, a pesquisadora Gínia Maria Gomes (2020, p. 10) observa que muitos narradores dos romances do século XXI, em especial após 2014, apelam à memória com vistas a tratarem, por meio dessas lembranças, das “situações traumáticas que os obsedam e das quais eles não conseguem se livrar. É sob o signo dessas situações que eles se põem a escrever, numa tentativa de lidarem com elas, fazendo-as vir à luz, porque, seguidamente recalçadas, elas somente se apresentam por meio dos rastros”. É, pois, através do processo de escrita que nosso narrador tenta fazer o ajuste de contas com o passado que, alheio à sua vontade, teima em perdurar no presente.

Estar na contramão da própria história era um dos sentimentos de Tino Torres: “Na época, eu escolhi o lado que estava perdendo a guerra, mesmo trabalhando dentro do sistema. Por isso, eu me sentia um espião, um traidor, ou apenas um cara deslocado” (SEABRA, 2017, p. 53). Escolher dizer não às corrupções entranhadas no sistema foi a opção desse investigador e seus aliados. Tentar ir contra as intervenções de um regime corrupto e ditatorial não resultou em saldo positivo ao final do caso investigado. No entanto, a personagem e seus parceiros não se corromperam enquanto seres humanos, fato que pode ser considerado uma vitória, haja vista a resistência do grupo contra as diversas formas de silenciamento sofridos durante o processo investigativo.

Apagar, despistar, abafar, silenciar, esconder são os verbos de ordem em um dos períodos mais obscuros da História nacional sob os “anos de chumbo”. Palavras não-ditas e autocensura por parte dos próprios profissionais da polícia e da imprensa – órgãos em que a transparência deveria ser a regra número um – surgem a todo instante e dão pistas de um tempo de repressão e medo constantes:

Meu temor era que o fato de conversar sobre o assunto por telefone, naquele exato momento, pudesse atrapalhar nosso esforço para publicar as novas informações na

⁴ Conforme a apresentação do romance feita pela escritora Rosângela Vieira Rocha, Brasília, de fato, sofreu com um crime de uma menina de sete anos chamada Ana Lídia Braga em 11 de setembro de 1973, encontrada morta em meio a um matagal existente na época no campus da Universidade de Brasília. O caso nunca fora esclarecido plenamente, nem mesmo os assassinos foram identificados (SEABRA, 2017, p. 7).

imprensa, desencadeando algum processo de censura prévia ao material, o que era muito comum naqueles tempos. [...]

“Não temos outra opção, chefe. *Eles estão apagando todas as provas e acobertando todos os suspeitos*. Se a imprensa não nos ajudar, a investigação vai ficar travada. Confie em mim, é só o que peço”.

[...]

“Faça como achar melhor. Mas não repasse nenhuma informação sem provas, entendeu? Nada de suposições ou impressões. Trabalhe apenas com os fatos que você conseguiu recolher. Assim teremos como nos proteger se o porrete vier lá de cima”.

“E virá, chefe, pode ter certeza”. (SEABRA, 2017, p. 87-88, grifos nossos)

O medo de represálias por parte das autoridades superiores e do próprio regime militar reincide ao longo do texto, a cada novo capítulo, a cada nova lembrança. Nesse trecho, Tino Torres explica ao delegado o andamento de sua investigação sobre o primeiro caso em que atua e das possíveis consequências após a divulgação nos veículos de informação. Proteger-se contra as mãos de ferro que teimavam em sobrepor-se a cada novo passo dado pelos policiais naquele caso obscuro, o qual acobertava figurões ligados a autoridades militares, era uma constante no cotidiano da personagem e sua equipe.

Em seu retorno ao passado, a cidade, os serviços públicos e os costumes dos habitantes nos primórdios de uma jovem capital, construída no centro do país, são lembrados pela visita do narrador às memórias de tempos traumáticos que insistem em visitar o presente. O resgate memorialístico sobre os signos urbanos deixa mostras de um *début* repleto de altos e baixos de uma capital submissa a um regime que exercia, a qualquer custo, o seu poder de autoafirmação:

É que durante a ditadura militar, os policiais, assim como alguns jornalistas, faziam o que chamamos de autocensura. Naquela época, isso era comum. “Bico fechado” era a expressão mais usada nessas horas, especialmente quando acontecia algum crime mais chocante. A ordem era mostrar um país e, especialmente, uma capital perfeita, um povo feliz, limpo e ordeiro. Mostrar a realidade violenta das grandes cidades era mostrar um país que precisava ser deixado para trás em nome da nova doutrina do “Brasil: ame-o ou deixe-o”. (SEABRA, 2017, p. 57)

Acerca desse tema, Otto Maria Carpeaux (1973, p. 6) reflete sobre a produção cultural brasileira de 1972, no artigo “Arte e sobrevivência”, para *Opinião*, asseverando:

Os descontentes com esse estado de coisas costumam denunciar um grande responsável: a censura. Certamente a censura não é a amiga desinteressada da literatura, das artes, do teatro, do cinema; e tem aversão marcada contra as ciências sociais. Mas muito mais forte que a censura afigura-se-me a autocensura. E a autocensura sempre se inspira no medo da censura. Seu motivo principal é o instinto de autoconservação econômica, que desaconselha os conflitos, preferindo às artes e às ciências conflitantes, o comodismo e a apatia.

A personagem Tino Torres afirma que, na época, jornalistas e policiais praticavam frequentemente a autocensura, como mostra a expressão “bico fechado” (SEABRA, 2017, p. 57). Para Carpeaux, tal atitude está associada diretamente à sobrevivência econômica do país,

visto que a expansão dos negócios nacionais a partir da sua inserção imediata no sistema capitalista internacional era um dos objetivos principais do projeto econômico e político idealizado pelo regime. Em detrimento da exposição da verdade e dos fatos aos meios de comunicação, pregava-se a omissão, a resignação, o calar-se, enfim, a supressão da palavra tanto escrita quanto verbal em prol dos ideais militares. Autocensurar-se advém, portanto, do temor da violência intrínseca da censura efeito direto da falta de liberdade de expressão imposta no período. A apatia e, conseqüentemente, o silêncio de Tino desaparecem em um momento em que o seu país vive a democracia, ainda que jovem, usufruindo agora do direito de expressar suas próprias ideias e concepções acerca do que viu e viveu há 40 anos.

Ameaças eram uma constante durante a ditadura, especialmente, quando processos ou investigações se aproximavam da alta cúpula dos militares. Enquanto aguardava a entrega dos jornais contendo a publicação de uma notícia recém partilhada a um conhecido jornalista acerca de uma reviravolta no caso Ana Clara, Tino recebe um telefonema em tom de represália:

Deixei a casa do dr. Fontoura por volta das três horas da manhã. Precisava dormir [...]. Mas tomei tanto café que o sono foi embora. Resolvi então tomar um banho morno, trocar de roupa e ficar assistindo televisão até a hora de sair de casa. Na telinha passava um filme policial antigo, Relíquia Macabra [...] No auge do suspense do filme, o meu telefone tocou. Olhei o relógio eram seis e meia da manhã. “O jornal já deve estar nas bancas”, pensei, “e o dr. Fontoura está me ligando para comentar a notícia”. Atendi ao telefone e do outro lado uma voz áspera disse apenas uma frase: “Tino Torres, você é um homem morto”. E em seguida bateu o telefone no gancho. (SEABRA, 2017, p. 107)

Apreensão e medo eram sentimentos comuns a todos os integrantes do grupo responsável por investigar o assassinato da menina brasileira. Contudo, a clareza das palavras escutadas do outro lado da ligação telefônica serve para redobrar os cuidados do policial, que passa a ser alvo dos verdadeiros culpados. Além de tentar com todas as forças elucidar as causas da morte da menina, Tino tenta manter-se vivo e não ser mais um número no rol de vítimas daquela “exceção brasileira” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 11).

O medo passa a ser companheiro da personagem que teme perder a vida antes de prender os assassinos de Ana Clara: “Olhava desconfiado para os lados, temendo que a qualquer momento aparecesse um carro de chapa fria para também me sequestrar. Aquele telefonema logo cedo me intimidando queria que eu parasse as investigações. Mas agora não podia mais parar” (SEABRA, 2017, p. 110). No entanto, a vontade de exercer o seu ofício com esmero é maior que o medo ou “fraqueza” (SEABRA, 2017, p. 110) sentidos por Tino. A sede por fazer justiça falava mais alto e pensar em todo o sofrimento por que passara aquela criança inocente movia a personagem em sua corrida em prol da verdade.

Acerca da indústria jornalística, Tino Torres dá uma ideia geral da quantidade de serviços em atividade naquele tempo na capital: “A cidade era bem menos povoada e com menos prédios que hoje, mas o Setor Gráfico era bem animado. Havia pelo menos seis jornais diários em circulação em Brasília e uma penca de semanários, além de várias revistas” (SEABRA, 2017, p. 230). A gama de jornais, revistas e semanários mostram a intensa produção com vistas a informar a população. Entretanto, em tempos de ditadura, esses serviços funcionavam, sobretudo, como marketing a serviço do regime militar na tentativa de passar uma impressão positiva do país aos olhos do povo. Os órgãos de imprensa, por sua vez, sofriam as maiores censuras por parte do governo. Ao comentarem sobre um surto de meningite no país, Tino e Vera analisam a questão da saúde pública em tempos de repressão:

“E você vê como o governo militar trata essa questão da meningite, que virou uma epidemia, mas a imprensa não pode noticiar o assunto?”. (sic)

Era verdade. Durante semanas, o governo militar tentou abafar um surto de meningite que assolou a capital da República. O resultado é que, em razão da falta de informações, o surto virou epidemia, dezenas de crianças morreram e só então o Ministério da Saúde lançou uma campanha de vacinação emergencial. Ainda assim, quando surgia um caso novo, que havia escapado da vacinação, a imprensa era impedida de citar.

“Quem abafa um surto de meningite pode abafar qualquer outra coisa”, disse ela.

O frio na barriga voltou. Perguntei-me se eu teria forças e coragem para continuar naquela investigação. [...] passados poucos dias após o assassinato de Ana Clara, descobria que a manipulação do assassinato da menina poderia encobrir algo bem maior. (SEABRA, 2017, p. 92)

A despeito dos variados meios de comunicação existentes na capital federal, as notícias eram sempre vigiadas pela censura prévia. Violar a liberdade de expressão, bem como a recorrência dos verbos “abafar” e “encobrir”, no diálogo entre as personagens, apontam para uma prática comum nos anos de chumbo: o encobrimento tanto humano como material de evidências que poderiam danificar a imagem governamental. Deste modo, percebemos que “a cultura tornara-se efetivamente preocupação estratégica e questão de poder, tanto por sua força simbólica quanto pelo potencial econômico: “integrar para não entregar” foi um dos lemas importantes do regime” (PELLEGRINI, 2014, p. 160, *sic*). A ideia de integração nacional era cara aos planos dos governantes e, para tanto, não entregar, não divulgar, não revelar foram estratégias militares utilizadas para neutralizar o vazamento de notícias e/ou imagens negativas que pudessem alterar os planos de desenvolvimento almejados para a nação. De acordo com Tania Pellegrini (2014, p. 161),

nesse aspecto, “integrar” significa, por meio dos estímulos específicos do espetáculo, incorporar setores marginais ao mercado, padronizar aspirações e preferências, diluir ou elidir diferenças, erodir tradições regionais, homogeneizar sonhos e gostos,

modernizar hábitos e estabelecer preferências, de acordo com as necessidades criadas pelo próprio mercado de bens materiais e simbólicos.

O apagamento de pistas, dados, números e seres humanos ao lado do apagamento das diferenças tanto culturais quanto regionais geram mais dúvidas e incertezas acerca da realidade histórica de uma nação. Planificar, integrar e homogeneizar um povo com origens e costumes tão diversos facilitava o controle total e irrestrito de hábitos, leituras e pensamentos muito mais previsíveis em caso de necessidade futura. Manipular, omitir, censurar as fontes de informação eram apenas algumas das artimanhas para a manutenção de um regime que utilizou a força para galgar o poder.

Nesse sentido, parecer antes de ser convinha (e muito) aos propósitos militares. Como forma de manutenção da lei e da ordem social, a imagem de um governo impecável, sem falhas de qualquer natureza era primordial ao regime. Outro episódio que reitera esse modo singular de governar dos ditadores é contado por Tino:

Falar mal do governo militar ou fazer apologia de regimes comunistas era terminantemente proibido naquele tempo. Mesmo notícias aparentemente triviais eram tratadas pela censura como uma tentativa séria de desestabilizar o governo. Lembro-me que certa vez a quadra residencial onde eu morava fora destaque na imprensa local em razão de uma praga de ratos. Eram centenas, quem sabe milhares, de ratos que saltavam pelos bueiros, buracos e lixeiras [...]. Em face da ausência completa do Poder Público para controlar os roedores, a molecada da quadra resolveu pegar em armas para tentar exterminar os bichos.

[...] Estilingue, espingardinha de chumbo, ratoeiras, paulada, pedrada, valia tudo para enfrentar a praga. Ao final de poucos dias, a molecada juntou literalmente uma montanha de ratos mortos.

Alguém teve a ideia de chamar a imprensa. [...]

Os jornais foram proibidos de voltar a falar no assunto e a quadra passou a ser vigiada por equipes da saúde pública. Era proibido matar ratos, pois diziam que poderíamos ser mordidos durante a caça. [...] Estava claro que a reportagem havia irritado o governador de plantão, que na época era milico também. Onde já se viu, em pleno governo militar e no centro do poder, servidores públicos e suas famílias terem que dividir o espaço com milhares de ratos? Era vergonhoso demais para a ditadura admitir tamanha incompetência. (SEABRA, 2017, p. 133-134)

Manter a ordem a qualquer custo era uma das estratégias dos ditadores para assim perpetuarem-se no poder. Além disso, outro estratagema eficaz de controle da imprensa utilizado pelo regime era uma propaganda favorável:

[...] continuei vendo o telejornal. Só boas notícias. Grandes obras, economia em alta, o maior campeonato de futebol do mundo, gols, muito (sic) gols. Um terço do telejornal foi de gols da rodada. Eu adorava futebol, mas não tem como não ser crítico nessas horas. E a fome, e a seca no Nordeste, e as greves que começavam a pipocar? E a inflação, que não dava tréguas? Esse é um país que vai pra frente. Coisas ruins, só de outros países. Estava nesse transe crítico quando o telefone tocou. (SEABRA, 2017, p. 137)

A manipulação dos meios de comunicação auxiliava no controle da nação. A perpetuação da política do *panis et circenses*, desde a Roma Antiga, obnubila a população em prol dos ideais perversos dos seus governantes. A massiva transmissão dos jogos de futebol na TV aberta é um exemplo de cortina de fumaça, ao mostrar apenas diversão e contentamento, servia para esconder a real situação do país.

Além de assassinatos misteriosos como o de Ana Clara e dos inúmeros casos de desaparecidos políticos, outros homicídios sem explicação, ocorridos durante o regime, foram os dos profissionais dos meios de imprensa. Segundo o narrador-protagonista: “Em 1973, o grande veículo de comunicação jornalística ainda era o rádio, especialmente quando se tratava do noticiário policial” (SEABRA, 2017, p. 109). Após ter recebido o telefonema amedrontador, Tino corre até a banca mais próxima para comprar o jornal e volta para ouvir o programa de rádio de José Mário, que era “o de maior audiência da cidade. E ele era um tipo audacioso, que enfrentava a polícia, denunciava quem devia denunciar. [...] “O Zé é um cara competente. Mas é capaz de passar por cima da própria mãe para dar uma notícia” [...] em se tratando de jornalismo, soava como um elogio” (SEABRA, 2017, p. 109). A personagem esperava ansiosamente a leitura da notícia pela voz do conhecido e popular radialista Zé Mário pois, assim, ganharia mais um aliado à sua tese. A partir disso, Tino rememora a morte de um jornalista que, na esteira de José Mário, também apontava as arbitrariedades da polícia:

Onze anos depois, o jornalista Mário Eugênio, que seguiu os passos de José Mário, seria vítima da própria audácia. Denunciou a existência de um esquadrão da morte na polícia de Brasília e foi morto a mando da cúpula da própria entidade. O crime, até hoje, não foi totalmente esclarecido. Um dos assassinos foi preso, mas o verdadeiro mandante do crime foi inocentado por falta de provas. (SEABRA, 2017, p. 109)

Ir de encontro àqueles que detinham o poder ou estavam por ele acobertados demandava, muitas vezes, um preço alto a ser pago: a própria vida. Conforme notícias da época, o repórter Mário Eugênio também recebera diversas ameaças de morte, tal qual nosso protagonista, fato que evidencia uma prática comum durante o regime. Outro caso clássico foi o assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog⁵. A verdadeira causa de sua morte foi encoberta por anos por uma falsa história inventada sobre o suposto suicídio de Vlado na prisão. A recorrência desses assassinatos sinaliza para os contornos sinistros de um dos períodos mais cruéis do nosso

⁵ O caso de Vlado ficou famoso pela brutalidade e desumanidade com que os militares atuavam ao suspeitar de qualquer cidadão que pudesse ser contra o regime. “A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e até uma foto do jornalista morto na cela do DOI-CODI chegou a ser divulgada. Posteriormente, o autor da foto, Silvaldo Leung Vieira confessou a “farsa do suicídio” e que a imagem foi mais uma mentira contada pelos militares durante a ditadura”. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/casoherzog/>>. Acesso em jan. 2020.

“passado ditatorial” que, de acordo com os estudiosos Edson Teles e Vladimir Safatle (2010, p. 10),

permanece como um fantasma a assombrar e contaminar o presente. “Contaminar” porque devemos nos perguntar como a incapacidade de reconhecer e julgar os crimes de Estado cometidos no passado transforma-se em uma espécie de referência inconsciente para ações criminosas perpetradas por nossa polícia, pelo aparato judiciário, por setores do Estado.

A não punição de crimes cometidos durante a ditadura aponta para “o preço de uma reconciliação extorquida” (GAGNEBIN, 2010) com o passado, uma herança repleta de dúvidas, silenciamentos e contradições, posto que “a impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz” (KEHL, 2010, p. 124). Ao fim do romance, percebemos a falência de todo o processo investigativo e, ao mesmo tempo, de todos os sujeitos empenhados em provar e prender os verdadeiros culpados: “se existem informações sobre a morte de Ana Clara, elas estão muito bem guardadas em algum arquivo do período dos militares” [...] Ou seja, o crime contra Ana Clara continua e continuará impune, a não ser que algum arquivo ultrassecreto seja revelado” (SEABRA, 2017, p. 282).

De acordo com as pistas encontradas por Tino e sua equipe, um dos principais culpados pela morte da menina Ana Clara era “João Batista Andrade Filho, filho do ministro JB” (SEABRA, 2017, p. 156). A fim de compreendermos o perfil da sociedade brasiliense, a personagem Tino Torres, que cresceu junto com a cidade, traça um esboço dos que nela habitam:

Eu vivia em Brasília desde 1959, [...] Cresci junto com ela, vendo sumir aos poucos o Cerrado e a terra vermelha e surgir no lugar os prédios e monumentos. E vendo, principalmente, a formação de sua gente. [...] Naquele tempo, não havia grandes diferenças entre os jovens. Éramos quase todos iguais: filhos de trabalhadores e servidores públicos, que se misturavam nas escolas e nas ruas. Com o tempo, foi surgindo uma nova classe em Brasília: a das famílias dos políticos, dos altos servidores públicos, inclusive dos militares de alta patente, e dos primeiros grandes empresários da cidade. Formavam a elite brasiliense. E como toda elite endinheirada, ela atraiu gente da pior espécie. Essa mistura deu no que deu: uma rapaziada literalmente sem freios, que adorava fazer pegas de carros nas ruas da cidade, que se drogava e bebia o tempo todo. E que quando alguma coisa dava errado, chamava o pai deputado ou o tio general. (SEABRA, 2017, p. 120)

Os fios da memória fazem o investigador tentar encontrar na gênese da própria cidade as respostas que tanto procura. Ao refletir sobre a provável ligação de filhos de políticos no caso Ana Clara, Tino nota que “a certeza da impunidade deixa o criminoso cego” (SEABRA, 2017, p. 119). Eduíno, colaborador da equipe, concorda com o inspetor e acrescenta: “esses filhinhos de papai não fazem nada da vida além de trepar e se drogar. E Brasília virou o paraíso

desses caras. Se a polícia prende, o pai solta” (SEABRA, 2017, p. 119). Ao interrogar o rapaz e também filho de ministro, Tino passa a conhecer de perto a índole do jovem:

Jotabezinho tomou a frente do advogado e esticou o dedo indicador na minha frente. “Você tá pensando que é o quê, hein, seu policial de merda? Quem é você para invadir o sítio da minha família? Antes que você possa chegar perto daquela propriedade eu acabo com...”

[...] o advogado retomou a palavra e pediu calma ao cliente. Segurei-me para não dar voz de prisão àquele sujeito. [...] Jotabezinho era exatamente da forma como eu imaginava. Petulante, agressivo e com ódio nos olhos. “Estou diante do assassino de Ana Clara”, pensei. (SEABRA, 2017, p. 157)

Uma Justiça parcial e tendenciosa, que pesa para o lado dos poderosos, nunca incriminaria, a seu ver, os verdadeiros culpados pela morte cruel da menina, ainda mais um filho de ministro do governo militar, pois como assevera o narrador “nos anos 1970, que eu vivi intensamente, havia um grupinho que estava a salvo de tudo. Podiam cometer qualquer barbaridade que o pai, ou o tio, ou o avô, empresário, político ou general, livrava a cara. Eu fui testemunha disso antes mesmo da morte de Ana Clara” (SEABRA, 2017, p. 167).

Pequenas, médias e grandes corrupções perpassam o governo, a justiça e as atitudes mais banais do cotidiano. Ao longo do processo investigativo, as assertivas acerca da corrupção humana, que envolvia as diversas esferas da vida pública, estão repletas de ironia, revelando a falta de liberdade das instituições competentes no pleno exercício do seu ofício:

“Professor Hermano”, eu intervim, “não vejo como avançar nas investigações *sem uma polícia e uma Justiça livres*. Vera já manteve o senhor informado sobre o que aconteceu hoje pela manhã?”

Vera me lançou um olhar fulminante. [...]

“Eu ia contar mais tarde, com calma. É que quando saíamos do sítio do ministro JB, onde conseguimos a prova material que comprova que Ana Clara esteve lá, fomos fechados por um caminhão na estrada. [...]

“Mas isso não foi um acidente, não é?”, perguntou o advogado com a voz áspera, “foi algo planejado!”

“Acreditamos que sim”, eu respondi.

“Aquele crápula do JB seria capaz de qualquer coisa para proteger o filho. *Nosso país está nas mãos de indivíduos assim, veja vocês*”, disse irritado o advogado. (SEABRA, 2017, p. 192, grifos nossos)

Ao tentar juntar todas as provas contra os verdadeiros assassinos da menina, Tino e seus companheiros de trabalho quase foram mortos em uma emboscada. Episódios assim eram mais comuns do que se imagina, fato que ratifica a afirmação da personagem ao atentar para a impossibilidade de se comprovar uma tese, baseada em evidências, com a polícia e a Justiça sob a égide de uma ditadura feroz. Os interesses individuais de uma casta de privilegiados sobressaíam-se ao interesse coletivo. A utilização de meios suspeitos e/ou escusos era condição *sine qua non* para a permanência no poder. O caso Ana Clara poderia enterrar de vez as ideias

maquiavélicas inculcadas em um dos períodos mais violentos da História do Brasil⁶, pois na visão de Tino Torres: “Talvez fosse mesmo tudo parte de uma única e grande narrativa, na qual os vencedores não queriam entregar o poder e os derrotados lutavam como podiam para retomar o que um dia fora deles” (SEABRA, 2017, p. 209). Vencer X perder, lembrar X esquecer, viver X morrer, etc. são algumas das dicotomias presentes no romance. Desde sempre, os donos do poder mantinham, a qualquer custo, a sua posse, eliminando todo e qualquer empecilho do caminho, mesmo que vidas inocentes fossem varridas para sempre da história oficial.

A repercussão acerca das notícias veiculadas na imprensa não tardaram a surgir. Geramundo, jornalista que publicou a matéria nas páginas do jornal, confessa aos amigos Vera e Tino as consequências subsequentes à publicação:

“Os caras agiram mais rápido do que eu imaginava”, disse ele. “Estão ameaçando o jornal com a Lei de Imprensa e falam até em usar a Lei de Segurança Nacional, a mesma que usaram para *prender, torturar e matar o pessoal da luta armada*. Acabei de falar com Osvaldo Quintana. Decidimos que vamos colocar todos os dias a foto da Ana Clara na capa do jornal, contando os dias em que o crime está sem punição”. (SEABRA, 2017, p. 134, grifos nossos)

A rapidez com que o jornal recebe as advertências do alto escalão do regime alerta a equipe que já previa retaliações após a publicação na imprensa. Contudo, a sanção das punições apenas ratificava que as pistas encontradas pelo seu grupo estavam corretas, na opinião de Tino Torres: “A reação que os caras tiveram mostra que estamos no caminho certo” [...] “A Justiça também se borra de medo dos milicos”, disse Geramundo. “Os caras aceitaram uma Constituição de gabinete não vão aceitar que a cúpula da polícia conduza o processo de investigações de um homicídio?” (SEABRA, 2017, p. 135). Ao vermos a interferência nas atribuições dos diferentes poderes, percebemos a:

decisão arbitrária de um poder soberano que se colocava fora do ordenamento jurídico. Quando era conveniente, as regras eleitorais eram modificadas, os livros apreendidos, as músicas censuradas, alguém desaparecia. Em suma, a lei era suspensa. Uma ditadura que se servia da legalidade para transformar seu poder soberano de suspender a lei, de designar terroristas, de assassinar opositores em um arbítrio absolutamente traumático. Pois neste tipo de situação nunca se sabe quando se está fora da lei, já que o próprio poder faz questão de mostrar que pode embaralhar, a qualquer momento, direito e ausência de direito. (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10)

Lançar mãos das leis e acionar diversos aparatos governamentais a fim de deter quaisquer perseguições a aliados do governo eram práticas intrínsecas ao regime. A arbitrariedade da aplicação das leis de Imprensa e Segurança Nacional ao jornal que publicara

⁶ De 1969 a 1973, o Brasil foi governado pelo general Emílio G. Médici que exerceu, sob as leis do AI-5, um dos momentos mais obscuros do regime militar brasileiro, aumentando as torturas e perseguições políticas.

as atualizações acerca do caso Ana Clara está em consonância com o modelo autoritário que mudava as regras do jogo a qualquer tempo bastava estar sendo alvo de críticas, denúncias ou ainda contrariado.

Sombras de si mesmas, todas as personagens seabrianas perderam as rédeas de suas vidas pessoais e profissionais. Náufragos à deriva, elas são também vítimas do desgoverno de um regime impiedoso e cruel. Cada qual com seu desejo utópico de justiça, elas protagonizaram o heroísmo comparável ao dos revolucionários franceses baseados nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, ao tentarem, mesmo que sem sucesso devido às mãos fortes do regime, prender “pessoas importantes do governo [...] envolvidas com o acobertamento do caso” (SEABRA, 2017, p. 111). Justamente por essa tentativa heroica, Tino desabafa: “mofamos na carreira, ficamos quase uma década sem ocupar funções importantes, eu fui parar no almoxarifado e Eduíno antecipou sua aposentadoria” (SEABRA, 2017, p. 281). Vera – parceira fiel de Tino desde o início das investigações – foi estudar na França durante dois anos e na volta “colocaram-na [em] [...] uma tarefa pra lá de burocrática. Ela adoeceu com isso, mas seguiu firme no trabalho e meses depois começou a dar aulas no departamento de Direito [...] largou a polícia e virou acadêmica” (SEABRA, 2017, p. 281). Marli, testemunha do caso e paixão de Tino, fora presa após fornecer a placa do carro utilizado no crime e as características do motorista que levava Ana Clara, acusada em participação no jogo de bicho. Depois de Tino ter conseguido advogado para soltá-la, a “relação azedou” (SEABRA, 2017, p. 283), como afirma o investigador. Perder a única lembrança boa que brotara em meio àquele caos foi a paga de Tino, além da doença que o acometera. O jornalista Geramundo, por sua vez, “foi mandado de volta para a editoria de Polícia e lá ficou até os anos 1980, quando foi guindado ao cargo de Diretor de Redação do jornal, no mesmo ano em que Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral” (SEABRA, 2017, p. 281).

A narrativa se encerra ao som da emblemática canção “Meu mundo caiu”, da cantora Maysa. A queda de um mundo utópico reverbera com as palavras melancólicas da personagem ao final de seu relato: “Brasília, minha cidade por adoção, havia caído, e com ela meu mundo, pelo menos aquele mundo que eu acreditava existir” (SEABRA, 2017, p. 283). O desencanto de Tino Torres ultrapassa os limites de sua cidade e avança para a própria nação, oprimida e submissa às amarras de generais autoritários e sedentos pelo poder. Perder a ilusão de fazer justiça e realizar um trabalho honesto em tempos obscuros são os reveses que a história fez questão de lhe marcar na pele, perdendo um grande amor, perdendo uma batalha profissional,

perdendo, enfim, as esperanças e sonhos com um país novo, sem os vícios do passado. Ao lado dos inúmeros derrotados que sobreviveram ao regime militar, Tino é, agora, livre por poder falar, mesmo após 40 anos, reescrevendo a História, desta vez, sem (auto)censura, sem impedimentos, sem ameaças. Seu relato testemunho é como uma voz que, mesmo silenciada no passado, emerge, apesar de tardia, fazendo reexistir as ilusões perdidas.

Considerações finais

A partir da escrita memorialística, o narrador-personagem Tino Torres traça um mapeamento histórico do Brasil em um dos tempos mais sombrios da ditadura. Uma cidade que ouve, vê e testemunha um caso hediondo, como foi o de Ana Clara, não consegue sair ilesa dessa experiência-limite. Brasília, ao perder sua inocência, “amadureceu da noite para o dia” (ROCHA apud SEABRA, 2017, p. 7). É por meio da escrita que tanto a personagem quanto a história da cidade resistem e reexistem no tempo e no espaço.

O silenciamento imposto pelas autoridades perpassa o comportamento humano e cala os cidadãos. O governo, com mãos de ferro, faz calar, faz tremer, faz desaparecer, apagando vidas consideradas dispensáveis quando o único objetivo é manter-se no poder. Ordem e progresso, palavras reforçadas no tempo representado do romance, soam ocas após a análise da obra. Progredir e ordenar às custas de vidas inocentes não valem o sofrimento e a dor causados às famílias vitimadas, bem como não aliviam o trauma daqueles que, silenciados e impotentes, pouco ou nada puderam fazer para mudar o curso da História.

Cidade nebulosa, Brasília esconde em sua arquitetura sem fim, lutas subterrâneas de seres humanos silenciados, apagados, rasurados para sempre do seu planejamento urbano. Ao final, o narrador revela a transformação das personagens em sombras de si mesmas. Tino, Vera, Eduíno, Marli, o jornalista Geramundo e a própria Ana Clara carregam as insígnias de tempos em que a Justiça não era igual para todos. Os mais fracos e distantes do poder sofriam os desmandos daqueles que orbitavam um governo ditador regido por militares. O caso Ana Clara é apenas um entre tantos outros silêncios abafados na capital federal. Menina-sombra encoberta por outras sombras ela passa a reexistir a partir da arte literária, a qual “resiste aferrando-se à memória viva do passado; e resiste imaginando uma nova ordem que se recorta no horizonte da utopia” (BOSI, 1977, p. 145). As sombras em que se tornaram ganham contornos possíveis a partir da arte com a palavra. Apesar dos pesares, as personagens conseguem resistir e reexistir através desses escritos memorialísticos, cada qual no seu próprio tempo, em meio às agruras de

vidas vividas em tempos de opressão que a História faz questão de esquecer. Ajustar as contas com um passado que teima em ressurgir no presente é o legado da literatura enquanto símbolo de resistência.

Referências

- BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Walter Benjamin*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GOMES, Gínia Maria. O romance brasileiro contemporâneo: as ruínas de um passado traumático. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Polifonia, 2020, p. 7-18.
- HATOUM, Milton. *A noite da espera*. São Paulo: Companhia das Letras: 2017.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memorial de Aires*. São Paulo: Galex, 1990.
- PELLEGRINI, Tânia. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 151-178, jan./jun. 2014.
- ROCHA, Clara. *Máscaras de Narciso. Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1992.
- ROCHA, Rosângela Vieira. Apresentação. In: SEABRA, Roberto. *Silêncio na Cidade*. Brasília (DF): Camará Editora, 2017.
- SEABRA, Roberto. *Silêncio na cidade*. Brasília (DF): Camará Editora, 2017.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. Apresentação. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9-12.

*Recebido em 20 de julho de 2021.
Aceito em 27 de setembro de 2021.*